



Benjamin Zymler
Guilherme Henrique de La Rocque Almeida

O controle externo das concessões de serviços públicos e das parcerias público-privadas

Prefácio à 1ª edição
Marçal Justen Filho

2. edição revista e ampliada

412 páginas
ISBN 978-85-7700-163-7
Formato: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

“[...] existem grandes esforços em discutir uma ‘autonomia’ das agências reguladoras independentes, sem que se aperceba que, quando a Constituição desejou assegurar margens de autonomia, fê-lo por meio de mecanismos inquestionáveis. Foi o que se passou com os Tribunais de Contas.

Nesse contexto, a obra de Benjamin Zymler e de Guilherme Henrique de La Rocque Almeida apresenta dupla relevância.

Em primeiro lugar, trata-se de uma tentativa de construção sistemática e sistêmica da atividade de controle desempenhada pelo Tribunal de Contas, sem subordinar o tratamento a outros institutos e rejeitando a abordagem secundária que até o presente tem caracterizado outros estudos.

Em segundo lugar, a obra se volta ao exame de uma das faces mais problemáticas do instituto do controle. Trata-se de examinar o controle externo sobre concessões de serviços públicos e parcerias público-privadas. A relevância que esses instrumentos adquiriram para o florescimento do chamado ‘Estado-Regulador’ sempre despertou a enorme preocupação teórica e prática quanto ao controle estatal correspondente. A atuação dos Tribunais de Contas, nesse campo, reflete um processo de aprendizagem e aperfeiçoamento, que permanece ignorado pela esmagadora maioria da Nação e da doutrina. A obra apresenta ao público os resultados dessa evolução (que ainda não se encontra acabada).

Mas há outro ângulo que exige destaque. A obra fornece subsídios extraordinariamente relevantes sobre a experiência da implantação de concessões e parcerias público-privadas no estrangeiro, daí extraindo meditações imprescindíveis para assegurar que os esforços nacionais promovam a efetiva satisfação dos direitos fundamentais e a satisfação do que se usa denominar de interesse público.

Não me parece possível que qualquer esforço sério de levar a cabo os projetos de parceria público-privada, no Brasil, possa ignorar as informações, as meditações e as advertências trazidas pelos autores. Essas virtudes asseguram ao livro a condição de marco doutrinário para o pensamento jurídico brasileiro no setor examinado.”

Marçal Justen Filho

Currículo dos autores:

Guilherme Henrique de La Rocque Almeida

Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Assessor do Ministro Benjamin Zymler. Mestrando em Direito e Estado. Especialista em Direito Público. Especialista em Avaliação de Políticas Públicas. Professor de Direito Administrativo e de disciplinas ligadas ao controle externo da Administração Pública. Professor do Instituto Serzedelo Corrêa. Ministrou disciplinas em cursos de especialização promovidos pela Universidade de Brasília. Proferiu palestras na Universidade de Brasília, na Escola da Advocacia-Geral da União e na Universidade Potiguar. Além deste livro, é autor das seguintes obras: Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União anotada: normativos correlatos; Direito administrativo (em parceria com Benjamin Zymler e Ricardo Neiva) e As transferências financeiras da União e seu controle pelo Tribunal de Contas da União. Foi co-autor dos seguintes livros coletivos: Sociedade democrática, direito público e controle externo e O novo direito administrativo brasileiro – o Estado, as agências e o terceiro setor. Publicou diversos artigos em revistas e sites especializados.

Benjamin Zymler

Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU desde 2001, tendo ingressado no cargo de Ministro-Substituto em 1998 por meio de concurso público de provas e títulos. Formado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia – IME e em Direito pela Universidade de Brasília. É Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília. Ocupou durante oito anos o cargo de Analista de Finanças e Controle Externo do TCU, exercendo diversas funções, dentre as quais a de Secretário de Controle Externo. Possui vasta experiência em Direito Administrativo e Direito Constitucional, tendo ministrado cursos na Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, na Escola da Magistratura do Trabalho, na Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no Instituto Superior de Brasília – IESB e no Instituto Serzedelo Corrêa. Além deste livro, é autor das seguintes obras Direito e política - uma visão autopoietica; Direito administrativo e controle; e Direito administrativo (em co-autoria com Guilherme La Rocque e Ricardo Neiva). Publicou diversos artigos versando sobre temas ligados aos Direitos Administrativo e Constitucional.

SUMÁRIO DO LIVRO:

Prefácio à 1ª edição
Marçal Justen Filho

Introdução

Capítulo 1
Agências Reguladoras Brasileiras

Capítulo 2
Controle

Capítulo 3
O Tribunal de Contas da União

Capítulo 4
O Controle das Agências Reguladoras pelo TCU

Capítulo 5
Considerações Finais sobre o Controle das Agências Reguladoras

Capítulo 6
As Parcerias Público-Privadas

Capítulo 7
Análise Crítica da Lei que Rege as PPPs no Brasil

Capítulo 8
Perspectivas do Controle Externo das Parcerias
Público-Privadas

Capítulo 9
Considerações Finais sobre as PPPs

Referências

APÊNDICE Comparativo dos Dispositivos Contidos nas Leis Mineira e Paulista que Dispõem sobre as Parcerias
Público-Privadas

ANEXOS

ANEXO A – Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004

ANEXO B – Instrução Normativa TCU nº 27

ANEXO C – Instrução Normativa TCU nº 40

ANEXO D – Instrução Normativa TCU nº 43

ANEXO E – Instrução Normativa TCU nº 52

Índice